

Regional

MPCE requer concurso público

CAMPOS SALES. Diante das recorrentes contratações temporárias, a ação também pede a condenação do prefeito Moisés Loiola de Melo, por improbidade

DER restaura 26 km da CE-138

VALE DO JAGUARIBE. Obras de restauração desta rodovia estão em fase de conclusão. O trabalho beneficiará os municípios de Alto Santo, Potiretama e Iracema

DESCASO

Cidades ignoram saneamento básico

A falta de visibilidade eleitoral das obras é tida como responsável pelo desinteresse dos gestores em executá-las

ALEX PIMENTEL
Colaborador

Quixadá. A maioria das cidades cearenses ainda carece de saneamento básico. A cada ano, mananciais, rios, lagos, estão cada vez mais poluídos. São os efeitos dos inúmeros esgotos clandestinos despejados nessas fontes naturais de recursos hídricos. Nas áreas urbanas, apesar dos avanços, parte da população ainda não conta com o serviço de água, quanto mais de esgoto. A solução para o problema está na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Entretanto, quase 10 anos após a exigência estabelecida através de decreto federal, conforme a Lei 11.445, apenas 43 cidades do Estado concluíram seus planos.

Na opinião popular e de líderes de associações comunitárias de moradores, há desinteresse dos gestores públicos em realizar obras consideradas "invisíveis". Como ficam debaixo do solo, os olhos não podem ver, e não dá nem para fazer festa de inauguração, são desprezadas e adiadas. Geralmente, para conquistarem votos, às vésperas das eleições, os prefeitos autorizam a pavimentação das ruas periféricas com pedra tosca, mas sem tubulação de esgoto. Sai mais barato e como o serviço é mais rápido, agrada um maior número de eleitores.

Falta verba

O presidente da Associação dos Municípios do Ceará (Aprece), Expedito do Nascimento, prefeito de Piquet Carneiro, considera disparatado o pensamento da população acerca da carência de saneamento na maioria das cidades do Interior.

"O problema principal é a falta de verbas para a contratação dos serviços de elaboração dos projetos. Para cidades de pequeno e médio porte, não custam menos de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil. Além do mais, o desembolso é feito através do Fundo Geral do Município", destaca.

As soluções viáveis apontadas pelo representante da Aprece, são o auxílio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) e a formação de grupos de prefeituras para contratação dos seus



Os esgotos acabam tendo como destino final os mananciais hídricos
FOTOS: ALEX PIMENTEL

serviços, em conjunto. A redução com as despesas pode chegar a até 30%. Como só podem captar os recursos para as obras de saneamento com a apresentação dos projetos, o problema se arrasta. "Mas há interesse de todos. Sabemos dos benefícios à população, com a redução de doenças e até com gastos na área de saúde. Com os repasses cada vez menores para os municípios, realmente enfrentamos dificuldades", completou.

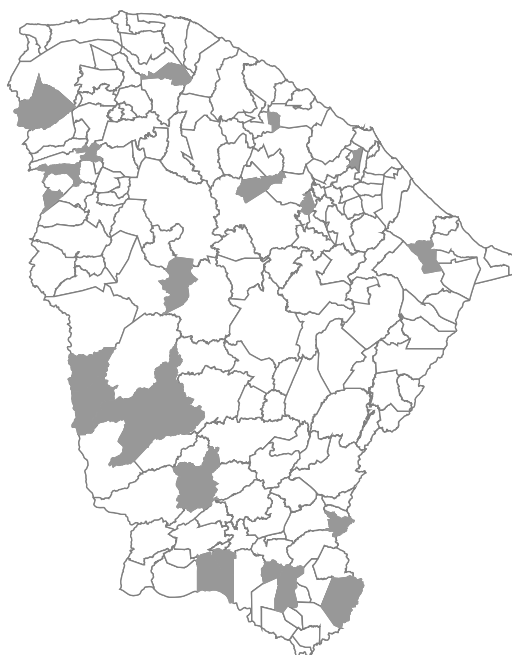
Auxílio técnico

Com o objetivo de acelerar a elaboração dos Planos de Saneamento, a coordenadoria de saneamento básico da Arce está prestando auxílio técnico às prefeituras, analisando o andamento dos PMSBs. Mais 16 cidades cearenses serão atendidas em novembro. A atenção dos analistas da Arce estará voltada para os municípios de Aratuba, Barreira, Croatá, General Sampaio,

SANEAMENTO BÁSICO

Relação de municípios

Ipaumirim
Juazeiro do Norte
Mauriti
Missão Velha
Monsenhor Tabosa
Morrinhos
Mucambo
Mulungu
Nova Olinda
Novo Oriente
Pacatuba
Palhano
Paramoti
Poranga
Quiterianópolis
Saboeiro
Santana do Cariri
São Benedito
São Luís do Curu
Tauá
Viçosa do Ceará



Graça, Granjeiro, Hidrolândia, Ibicuitinga, Ipaumirim, Monsenhor Tabosa, Mucambo, Mulungu, Paramoti, Poranga, Saboeiro e São Luís do Curu. Aos técnicos da Arce, cabe auxiliar e orientar os gestores municipais sobre problemas detectados na feitura dos planos, seja com relação ao próprio trabalho ou mesmo no tocante a algum tipo de conflito ou pendência.

De acordo com o cronograma de atividades dos técnicos da Arce, as visitas obedecerão à seguinte ordem: de três a seis de novembro, os analistas da agência cearense visitarão os municípios de Saboeiro, Granjeiro e Ipaumirim; de nove a 13, será a vez das cidades de Paramoti, Hidrolândia, Monsenhor Tabosa, Poranga, Croatá, Graça e Mucambo; já no período de 16 a 20, será a vez das localidades de São Luís do Curu, General Sampaio, Aratuba, Mulungu, Barreira e Ibicuitinga, quando se encerra

mais uma fase dos trabalhos. O coordenador de saneamento da Agência, Geraldo Basílio, confirma que dos 151 municípios atendidos pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), apenas 43 concluíram seus planos. Outros 63 encontram-se em andamento, todavia, 38 estão paralisados devido a pendências no convênio. Outras 45 cidades nem iniciaram seus planos. Desse número, 18 ainda estão em fase de licitação e 27 não têm nem previsão de elaboração.

Ele ressalta que a Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, torna obrigatória a elaboração de planos municipais de saneamento e estabelece penalidades para aqueles que não cumprirem, podendo, inclusive, tornar nulos os contratos de prestação de serviços de saneamento básico e restringir o acesso de recursos financeiros da União.

Custos elevados

O analista de Regulação da Arce, engenheiro civil Marcelo Almeida, reconhece exatamente a falta de dividendos públicos municipais como o principal empecilho para realização das obras de saneamento, apesar de serem liberados através de convênios com os governos Estadual e Federal. A maioria não possui nem corpo técnico para realizar os estudos de implantação do serviço. Os custos também são elevados, em comparação aos valores gastos, tanto quanto os das redes de abastecimento de água. Mas adiar o problema apenas elevará ainda mais as perdas para a própria sociedade.

Almeida cita como exemplo a estruturação das cidades do Vale do Jaguaribe. Apesar de contarem com repasses do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o processo esta engatilhando. Não é diferente no Cariri, onde há a segunda maior concentração populacional do Estado, perdendo apenas para a Capital e Região Metropolitana de Fortaleza.

O rio Salgado recebe grande carga de dejetos líquidos. Toda a poluição acaba sendo armazenada no Açude Castanhão. Todos acabam perdendo, e, para ampliar ainda mais as dificuldades, os consumidores de uma forma geral resistem à cobrança da taxa de esgoto.

Mais informações:

Secretaria das Cidades
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Ed. Seplag, 1º Andar
Fortaleza (CE)
Telefone: (85) 3101-3748

Consumidores não querem pagar pelo serviço adicional

Quixadá. Esta cidade é um exemplo da resistência do consumidor de arcar com o pagamento da taxa de esgoto. Após a implantação do Sanear II, obra do Governo do Estado, iniciada em 2008, de acordo com a Cagece, estavam previstas 7,5 mil ligações de esgotos. Mas quando começaram a receber a cobrança adicional igual ao valor consumido de água, a reclamação foi geral e a Companhia recuou.

Atualmente, a única prova da obra milionária é a buraqueira por toda a cidade. A manta asfáltica e a pavimentação em pedra tosca foram refeitas, mas deixaram muitas imperfeições e até hoje motivam reclamações.

Sobre o PMSB de Quixadá, a secretária de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Verônica Marinho, informou haver empenho da sua pasta para ser apresentado dentro

do prazo estabelecido pela normativa Federal. Uma empresa foi contratada e está concluindo os levantamentos, inclusive das comunidades rurais. Quanto ao Sanear II, disse estar arquivado, mas logo após a conclusão do Plano de Saneamento serão realizados encontros com a Cagece, responsável pelo abastecimento de água da cidade para sensibilizar os usuários a aderirem ao sistema de esgoto.

Ela ainda não tem números, mas assegurou haver o problema somente nas áreas onde não estão implantados loteamentos legalizados. Neles, os empresários são obrigados a entregarem os lotes com redes de água e esgoto, atendendo o Plano de Obras e Postura do Município.

Sobre o Sanear II, de acordo com a titular da Seduma, o projeto não foi concluído. Está arquivado. O investimento na cidade

foi de R\$ 21 milhões, para implantação de 52km de rede de esgotamento sanitário, atendendo 78% da área urbana da sede do Município. No mesmo período, em Crateús, foram desembolsados R\$ 18 milhões em 53km de esgotos e em Aracati mais R\$ 14 milhões para 43km de rede. Os governos Estadual, Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) custearam as obras.

Em Quixeramobim, um dos 29 municípios do Ceará onde o abastecimento de água e tratamento de esgoto é feito através de Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), a primeira etapa do projeto de saneamento já foi concluída, interligando 3.500 unidades residenciais. A segunda etapa, atendendo praticamente o mesmo número de imóveis, está sendo realizada. As obras são custeadas através de



Iniciadas em 2008, as obras do Sanear II causaram muitos transtornos em Quixadá, levando alguns prejuízos à população. Houve muitas reclamações

convênios com o Ministério das Cidades. Com a apresentação do PMSB serão aceleradas. A saúde da população é uma prioridade do governo municipal, destacou o diretor do SAAE, Ronilson Rodrigues. Ainda de acordo com Rodrigues os usuários ainda não pagam taxa de esgoto. Ele reconhece a situação como delicada. Faz-se necessário um trabalho de educação, sensibilização e conscientização acerca dos benefícios propiciados a todos.

Estado

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, a Secretaria das Cidades do atual governo do Ceará divulgou investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão em saneamento ambiental em todo o Estado. Os recursos estão sendo utilizados para Esgotamento Sanitário (ES) e Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), através da Cagece e Serviços Autônomos. Aproximadamente R\$ 500 milhões estão sendo investidos em nos 151 municípios onde há concessão da Companhia de Água e Esgoto. No Interior, treze municípios estão sendo beneficiados atualmente.